



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 10283.006941/2003-32

Recurso nº Embargos

Acórdão nº 2401-005.655 – 4^a Câmara / 1^a Turma Ordinária

Sessão de 5 de julho de 2018

Matéria ITR - ERRO DE ESCRITA

Embargante FAZENDA NACIONAL

Interessado JOSÉ LUIZ GOTTARDI JÚNIOR

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR

Exercício: 1999

EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ERRO DE ESCRITA

Acolhem-se os embargos de declaração para sanar o erro de escrita no acórdão embargado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, acolher os embargos para, sanando o erro material apontado no acórdão embargado, alterar o título "voto vencido" para "voto".

(assinado digitalmente)

Miriam Denise Xavier - Presidente

(assinado digitalmente)

Cleberson Alex Friess - Relator

Participaram do presente julgamento os conselheiros: Miriam Denise Xavier, Cleberson Alex Friess, Luciana Matos Pereira Barbosa, Rayd Santana Ferreira, Francisco Ricardo Gouveia Coutinho, Andréa Viana Arrais Egypto, José Luís Hentsch Benjamin Pinheiro e Matheus Soares Leite.

Relatório

Cuida-se de embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional, conforme fls. 145/146, contra o Acórdão nº 392-00.036, de 23/10/2008, proferido pela Segunda Turma Especial do Terceiro Conselho de Contribuintes, o qual está juntado às fls. 139/143.

2. Alega a embargante que o acórdão apresenta obscuridade, por constar a expressão "VOTO VENCEDOR" para o voto do redator "ad hoc", enquanto o colegiado decidiu, por unanimidade de votos, acolher a preliminar de ilegitimidade passiva.

3. Os autos foram enviados à Procuradoria da Fazenda Nacional em 30/09/2015, que interpôs os embargos de declaração em 06/10/2015 (fls. 144 e 147).

4. Tendo em conta que os embargos foram opostos contra decisão de Turma extinta, assim como o redator "ad hoc" não mais integra o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a sua admissibilidade foi analisada pelo Presidente da 2ª Seção, a qual passou a competência regimental para a matéria.

5. Os aclaratórios foram admitidos por despacho do Presidente da 2ª Seção de Julgamento, determinando-se a sua inclusão em pauta de julgamento, após novo sorteio de relatoria, com vistas ao saneamento do vínculo apontado pela Fazenda Nacional (fls. 154/156).

É o relatório

Voto

Conselheiro Cleberson Alex Friess - Relator

6. Uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade dos embargos de declaração, passo à avaliação de mérito (art. 65, § 1º, do Anexo II do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (RICARF), aprovado pela Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015).

7. Pois bem. O defeito no acórdão é evidente, porém não se trata de obscuridade, mas apenas de um lapso de escrita.

8. Com efeito, o conselheiro José Luiz Feistauer de Oliveira foi designado redator "ad hoc" para o acórdão, em razão do relator original não mais integrar o colegiado no momento da formalização do voto. Não houve voto vencido e voto vencedor, porquanto a decisão do colegiado foi tomada por unanimidade, conforme se observa do resultado do julgamento (fls. 139).

9. Dessa feita, para fins de correção do erro no acórdão embargado, onde se lê "**Voto Vencido**", leia-se apenas "**Voto**".

Conclusão

Ante o exposto, CONHEÇO dos embargos e, no mérito, ACOLHO os aclaratórios, sem efeitos infringentes, para sanar o erro de escrita no Acórdão nº 392-00.036, de 23/10/2008, alterando o título "voto vencido" para "voto".

(assinado digitalmente)

Cleberson Alex Friess